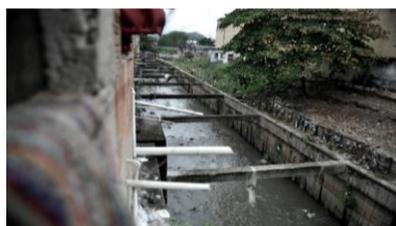




DESTAQUE

[A financeirização da moradia no Brasil: cidade como direito ou mercadoria?](#)

O setor construtivo brasileiro tem promovido, desde a década de 1990, uma progressiva financeirização do mercado imobiliário, não somente no que tange ao consumo, mas também à produção, a partir da abertura de capital das principais empresas construtoras nacionais. O debate sobre a financeirização da moradia no Brasil é o tema do artigo de Thêmis Amorim Aragão para a série “O Direito à Cidade em tempos de crise”, parceria do Le Monde Diplomatique Brasil e do INCT Observatório das Metrópoles. A análise mostra que o MCMV, implementado a partir de diferentes modelos de crédito ofertados tanto para o consumo quanto para a produção, tem dado suporte aos processos de privatização dos serviços básicos e a promoção do consumo como meio de acesso a direitos.



ANÁLISE

[Saneamento básico como direito de cidadania](#)

O Governo do Rio de Janeiro tem avaliado novos formatos de gestão para o saneamento básico no estado, com o propósito de enfrentar a atual crise fiscal. As discussões apontam para adoção do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), do presidente interino Michel Temer, orientado pela perspectiva de aumento da participação privada na prestação dos serviços. Diante desse contexto, Ana Lúcia Britto oferece uma análise sobre os avanços que ocorreram para democratização do saneamento básico no Brasil, onde existem ainda cerca de 35 milhões de brasileiros não atendidos com abastecimento de água potável. Segundo a autora, quem entende o saneamento como direito de cidadania não pode escolher um modelo de gestão unicamente para melhorar a situação dos cofres públicos.



NOTÍCIA

[Porto Maravilha inaugurou um mercado ainda inexplorado para as empreiteiras](#)

Maior parceria público-privada (PPP) do país, a criação do Porto Maravilha, em 2009, marcou não só o início da transformação da zona portuária no Rio, mas também o fim de uma proposta de transformação da região com foco na participação social e moradia popular. Reportagem da Agência Pública aponta que a União era uma peça-chave para a reestruturação urbana da área, mas foi descartada juntamente com a ideia de um consórcio público. O que ficou foi o modelo atual de PPP cujas principais diretrizes foram elaboradas e executadas pela OAS, Odebrecht e Carioca Christiani Nielsen. O trabalho contou com dados produzidos por Mariana Werneck, do Observatório das Metrópoles.

OBSERVATÓRIO DAS REMOÇÕES



[Incêndios em favelas: falar sobre o tema é mexer com fogo?](#)

O blog observaSP apresenta uma análise sobre os casos de incêndios em favelas na metrópole de São Paulo. Segundo o levantamento, mais de 100 favelas foram incendiadas desde o início de 2016 na metrópole paulista. Para além das tragédias pessoais e coletivas envolvidas nesses episódios, várias são as perguntas a respeito deles: esses são números crescentes ou esses eventos se tornaram mais visíveis? Onde se localizam estas casas incendiadas? Esses incêndios confirmam a lógica seletiva de sinistros em favelas na mira da especulação imobiliária? Ou são simplesmente acidentes? Ainda: qual é o impacto desses eventos sobre as dinâmicas habitacionais da cidade?

Veja Mais

[Novos episódios websérie Cartas Urbanas](#)

[O apagar das luzes da cidade olímpica](#)

[CEBRAP: Sobre os capitais que produzem habitação no Brasil](#)

[Estudo aponta aumento das periferias na RM de Porto Alegre](#)

[Revista da ABET — chamada de artigos](#)